



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM
GABINETE DO CORREGEDOR

Ofício Circular nº 2142013 – **CG/CJRM** Belém, 16 de dezembro de 2013.

Assunto: **Apresentação de Orientação nº 06 da Corregedoria Nacional de Justiça**

Referência: **Ofício nº 2723/2013-GP - Sapcor nº 2013.6.014083-9**

Senhor (a) Oficial (a),

Cumprimentando Vossa Senhoria, venho pelo presente apresentar o Ofício nº 2723/2013-GP, datado de 11 de dezembro de 2013, da lavra da Des. Luzia Nadja Guimarães Nascimento, Presidente do TJE, que encaminha cópia do **Ofício Circular nº 032/CNJ/COR/2013**, da lavra da **Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Corregedora Nacional de Justiça em Substituição**, bem assim cópia da **Orientação Corregedoria nº 06**, que orienta sobre a escrituração do Livro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa, previsto no Provimento nº 34/2013 da Corregedoria Nacional de Justiça.

Atenciosamente,

Desembargador Ronaldo Valle

Corregedor de Justiça da RMB

DESTINATÁRIO: CARTÓRIOS EXTRAJUDICIAIS DE NOTAS E DE REGISTRO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Gabinete da Presidência

Ofício nº 2723/2013 – GP

Belém, 11 de dezembro de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Desembargador Ronaldo Marques Valle
Corregedor de Justiça da Região Metropolitana de Belém

Assunto: Orientação nº 06 da Corregedoria Nacional de Justiça
Ref: Expediente - Protocolo PA-EXT-2013/01334

Senhor Corregedor,

Cumprimentando-o, encaminho-lhe para conhecimento, cópia do Ofício Circular nº 032/CNJ/COR/2013, da lavra da Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Corregedora Nacional de Justiça em Substituição, encaminhando cópia da **Orientação Corregedoria nº 06**, que orienta sobre a escrituração do Livro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa, previsto no Provimento nº 34/2013 da Corregedoria Nacional de Justiça.

Cordialmente,


Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento
Presidente

/r n



Conselho Nacional de Justiça
Corregedoria Nacional de Justiça
Gabinete da Corregedoria

EX 15

Ofício Circular nº 032/CNJ/COR/2013

Brasília, 27 de novembro de 2013.

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)
Desembargador (a)
Presidente do Tribunal de Justiça

Excelentíssimo(a) Senhora(a) Presidente,

Encaminho cópia da Orientação n.º 6 da Corregedoria Nacional de Justiça, para conhecimento e ampla divulgação a todos os Diretores de Foro, Corregedoria Geral da Justiça e serventias extrajudiciais desse Estado.


Ministra MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Corregedora Nacional de Justiça em Substituição



Assinado digitalmente por ADERSON SANTOS DE VASCONCELOS.
Documento Nº: 16033.186676-1624 - consulta à autenticidade em <http://apps.tjpa.jus.br/siga-autenticidade/>



PAEXT201301334A

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
Disponibilizado no DJ-e, nº
224/2013 em 27/11/13
Matrícula 1015, Ass:



Proter Jurisdição

Conselho Nacional de Justiça

Thiáwyo Rosenthal
Chefe da Seção de
Jurisprudência - C.N.J.

ORIENTAÇÃO CORREGEDORIA Nº 06.

Orienta sobre a escrituração do Livro
Diário Auxiliar da Receita e da Despesa
previsto no Provimento nº 34/2013 da
Corregedoria Nacional de Justiça.

A CORREGEDORA NACIONAL DE JUSTIÇA em exercício,
MINISTRA MARIA CRISTINA PEDUZZI, no uso de suas atribuições legais
e constitucionais:

CONSIDERANDO o disposto no art. 13 do Provimento nº 34/2013, da
Corregedoria Nacional de Justiça, que trata da manutenção e escrituração de
Livro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa pelos responsáveis pelas
delegações do serviço extrajudicial de notas e de registro;

1



16033.186676-1624



CONSIDERANDO a notícia, trazida pela Associação dos Notários e Registradores do Brasil – Anoreg-BR, de dúvidas decorrentes da possibilidade do Juiz Corregedor Permanente determinar glosas nos lançamentos promovidos no referido Livro;

CONSIDERANDO a consulta formulada pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Rondônia no PP nº 3596-65.2013 (Evento 83);

CONSIDERANDO que o Livro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa previsto no Provimento nº 34/2013 não substitui livro contábil revisto em legislação fiscal;

CONSIDERANDO que compete aos notários e registradores promover o gerenciamento administrativo e financeiro do serviço público delegado, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, investimento e pessoal (art. 21 da Lei nº 8.935/94), mas observando o disposto nos arts. 30, incisos V e XIV, e 31, incisos I, II, III e V, da Lei nº 8.935/94;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de entendimento uniforme sobre o tema, para evitar que divergências de interpretação prejudiquem a correta aplicação do Provimento nº 34/2013, da Corregedoria Nacional de Justiça;

RESOLVE:





Art. 1º. Esclarecer às Corregedorias Gerais da Justiça, aos Juízes Corregedores, ou Juízes que na forma da organização local forem competentes para a fiscalização dos serviços, e aos responsáveis pelas delegações do serviço extrajudicial de notas e de registro, que:

I. o Livro de Registro Diário Auxiliar previsto no Provimento nº34/2013 não se confunde e não substitui livro contábil previsto em legislação fiscal;

II. a escrituração do Livro Diário Auxiliar deve representar a receita e as efetivas despesas decorrentes da prestação do serviço público delegado;

III. são consideradas despesas passíveis de lançamento no Livro Diário Auxiliar todas as decorrentes de investimentos, custeio e pessoal que forem promovidas, a critério do titular da delegação, para a prestação do serviço público delegado. Dentre outras, consideram-se despesas decorrentes da prestação do serviço:

a. locação de bens móveis e imóveis utilizados para a prestação do serviço, incluídos os destinados à guarda de livros, equipamentos e restante do acervo da serventia;

b. contratação de obras e serviços para a conservação, ampliação ou melhoria dos prédios utilizados para a prestação do serviço público;





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

c. contratação de serviços, inclusive terceirizados, de limpeza e de segurança;

d. aquisição de móveis, utensílios, eletrodomésticos e equipamentos mantidos no local da prestação do serviço delegado, inclusive os destinados ao entretenimento dos usuários que aguardam pela prestação do serviço e para a manutenção de refeitório;

e. aquisição ou locação de equipamentos (*hardware*), de programas (*software*) e de serviços de informática, incluídos os de manutenção prestados de forma terceirizada;

f. formação e manutenção de arquivo de segurança;

g. aquisição de quaisquer materiais utilizados na prestação do serviço, incluídos os utilizados para a manutenção das instalações da serventia;

h. plano individual ou coletivo de assistência médica e odontológica contratado com entidade privada de saúde em favor dos prepostos e seus dependentes legais, assim como do titular da delegação e seus dependentes legais caso se trate de plano coletivo em que também incluídos os prepostos do delegatário;

i. despesas trabalhistas com prepostos, incluídos vale alimentação, vale transporte e quaisquer outros valores que integrem a respectiva remuneração;





j. custeio de cursos de aperfeiçoamento técnico ou formação jurídica fornecidos aos prepostos ou em que regularmente inscrito o titular da delegação, desde que voltados exclusivamente ao aprimoramento dos conhecimentos jurídicos, ou, em relação aos prepostos, ao aprimoramento dos conhecimentos em sua respectiva área de atuação;

k. encontrando-se a delegação vaga, o valor que for recolhido a título de Imposto Sobre Serviço – ISS devido pela prestação do serviço extrajudicial.

Art. 2º. Esclarecer que as glosas a que se refere o art. 13 do Provimento nº 34/2013, da Corregedoria Nacional da Justiça, consistem em determinações de exclusão de lançamentos de despesas contidas no Livro Diário Auxiliar, a serem realizadas pelo Juiz Corregedor Permanente mediante decisão fundada que, a requerimento do responsável pela delegação, ficará sujeita ao reexame pelo respectivo Corregedor Geral da Justiça.

Parágrafo único. O requerimento de reexame da decisão determinativa de glosa deverá ser formulado no prazo de recurso administrativo previsto na Lei de Organização Judiciária local ou, caso inexistir, no prazo de 15 dias contados da ciência da decisão determinativa da glosa.

Art. 3º. Reiterar que ao responsável por delegação vaga é defeso contratar novos prepostos, aumentar salários dos prepostos já existentes na unidade, ou contratar novas locações de bens móveis ou imóveis, de equipamentos ou de





serviços, que possam onerar a renda da unidade vaga de modo continuado, sem a prévia autorização do respectivo Tribunal a que estiver afeta a unidade do serviço. Todos os investimentos que comprometam a renda da unidade vaga deverão ser objeto de projeto a ser encaminhado para a aprovação do respectivo Tribunal de Justiça (art. 4º da Resolução CNJ nº 80/2009 e decisão prolatada pelo Ministro Gilson Dipp no Evento 4289 do PP nº 000384-41.2010.2.00.0000).

Art. 4º. Determinar o encaminhamento de cópia desta Orientação às Corregedorias Gerais da Justiça dos Estados e do Distrito Federal, inclusive para que dêem ciência aos Juízes Corregedores Permanentes e aos responsáveis pelas unidades do serviço extrajudicial de notas e de registro.

Brasília – DF, 25 de novembro de 2013.

MINISTRA MARIA CRISTINA PEDUZZI
Corregedora Nacional de Justiça, em exercício





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM
GABINETE DO CORREGEDOR

Protocolo SAPCOR de n.º 2013.6.014083-9

Requerente: Desa. Luzia Nadja Guimarães Nascimento – Presidente do TJE/PA

R.H.

Ciente, dê-se ciência do presente expediente aos Juizes Auxiliares desta Corregedoria de Justiça, após, expeça-se Ofício Circular aos Cartórios Extrajudiciais de Notas e Registro da RMB para conhecimento e providencias quanto ao cumprimento do estabelecido no Ofício Circular nº 032/CNJ/COR/2013.

Belém, 16 de dezembro de 2013.

Desembargador Ronaldo Valle

Corregedor de Justiça da Região Metropolitana de Belém

jv